



**Flávio Silveira Camargo** // “MEMENTO MORI - O cartaz representa através de pintura com tinta esmalte sobre chapa de metal a imagem aérea do rio e da floresta com o ponto vermelho, local do crime, irradiando linhas que tipificam grafismos indígenas e também sugerem as tramas da FUNAI. A chamada MEMENTO MORI, “lembre-se da morte” do cartaz, é um recorte do centro da bandeira do Brasil pintado apenas com linhas branco, azul e estrelas verdes como florestas que ainda resistem assim como os povos originários obliterados pela história, e homens como Bruno e Dom Phillips que perderam a vida dedicando-se a proteger a cultura indígena, e ganharam a memória que permanecerá.”

**5** Artigo

# Uma ponte para o abismo: o projeto de poder militar

**Jorge M. Oliveira Rodrigues<sup>1</sup>**

Resumo // Em setembro de 2022, num contexto de militarização da política e num governo autoritário de extrema direita, o Brasil celebra o bicentenário de sua independência. Nesse cenário, o debate ganha contornos particulares, trazendo à tona as barbaridades cometidas nesta ex-colônia e que ainda hoje remanesçam como elementos estruturantes da nossa sociedade. Partimos aqui da premissa de que avaliar o atual momento político do país exige considerar estas violências estruturais que nos foram fundantes – a exemplo do racismo e da violência de gênero – com vistas a entender as perspectivas de futuro que se desenham no presente. Destarte, o presente trabalho busca discutir uma destas violências, o militarismo, com o objetivo de entender a sua influência no processo de (des)construção da soberania popular no Brasil, num contexto de capitalismo dependente.

Palavras-chave // Militarismo; Soberania Popular; Independência

---

1 Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

## Introdução

Em 7 de setembro de 2022, o Brasil celebrará bicentenário de sua independência. A comemoração envolverá a mórbida presença do coração de Dom Pedro I, da mesma família monárquica que nos impôs a exploração e a barbaridade colonial, além de uma série de iniciativas planejadas para ocorrer ao longo de todo o ano<sup>2</sup>. Os holofotes, entretanto, não se encontram no transporte do órgão ou na série de eventos planejados, muito menos no significado da independência de uma ex-colônia, ainda em processo de descolonização.

Assim como no mesmo período em 2021, as atenções estão voltadas às tensões políticas patrocinadas pelo governo, com uma nova aposta em ameaças golpistas por parte do presidente Jair Bolsonaro. Todavia, o escalonamento discursivo e os diversos episódios de violência política que o acompanharam ao longo dos últimos anos<sup>3</sup> não se sustentam no vazio.

Como argumentamos em Rodrigues e Kalil (2022) e Kalil e Rodrigues (2021), existem elementos estruturais que tornaram possível, no Brasil, a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, congregando diferentes setores em torno de um projeto político autoritário e de extrema direita. Assim, avaliar o atual momento político do país, especialmente no contexto do bicentenário de sua independência, exige tomar em consideração as violências estruturais que nos foram fundantes – a exemplo do racismo e da violência de gênero – com vistas a entender as perspectivas de futuro que se desenham no presente.

O presente trabalho se insere nesse esforço, buscando abordar uma dessas violências estruturantes, tanto do Brasil quanto da crise política que hoje vivemos, qual seja: o militarismo<sup>4</sup> – entendido como “uma vasta gama de costumes, interesses, prestígio, ações e pensamentos associados aos militares e às guerras, transcendendo até mesmo os autênticos propósitos militares” (VAGTS, 1937, p. 11, Apud PION-BERLIN, 2018, p. 624). Seguimos aqui a linha argumentativa expressa em

---

2 Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-recebe-coracao-de-dom-pedro-i-em-agosto-em-comemoracao-ao-bicentenario-da-independencia/> >.

3 Citamos, como exemplos, os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips, num contexto de ataques recorrentes ao meio ambiente, às populações indígenas e aos militantes destas causas, bem como o assassinato de Marcelo de Arruda, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) no Paraná, por um militante bolsonarista.

4 Para uma discussão mais detalhada sobre o Militarismo como eixo de compreensão da atual crise brasileira, ver Rodrigues e Kalil (2022).

Rodrigues e Kalil (2022, p. 30, grifo nosso) sobre a presença dos militares na política e suas raízes na política brasileira. Argumentávamos então que “a ingerência política dos militares, expressa de forma acentuada na atual administração, tem raízes profundas, constituindo-se em elemento da formação política brasileira, *aqui tratado por militarismo*”.

Nosso objetivo, portanto, é entender o papel do militarismo, enquanto violência estrutural, no processo de (des)construção da soberania popular no Brasil, num contexto de capitalismo dependente. Partindo do debate conceitual sobre militarismo proposto por Rodrigues e Kalil (2022), nossa hipótese é que o projeto de nação dos militares reflete não só o atual estado de militarização<sup>5</sup> no país, como expressa o militarismo como mecanismo de reforço da estrutura colonial e desigual, incidindo de modo negativo na construção da soberania popular no país.

Em suma, argumentamos que a construção de um projeto popular e soberano perpassa necessariamente pela superação do atual estado de coisas, especialmente no que diz respeito à ingerência política das forças armadas. Não há independência sob o jugo dos sujeitos armados. Não há independência quando o povo segue sujeito aos desmandos e violências do militarismo que nos é estruturante enquanto sociedade. Nesse sentido, o autointitulado “Projeto de Nação” apresentado é exemplo de um projeto excludente, anti-povo e reacionário, reforçando um modelo de desenvolvimento predatório e baseado essencialmente na desigualdade, motivo pelo qual tomaremos este projeto como eixo norteador da presente análise.

Destarte, para a consecução do objetivo proposto o presente trabalho se estrutura em três seções, para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção analisamos o projeto dentro de um *continuum*, simbolizando o encadeamento de um processo que desagua no atual estado de ocupação militar da política e, ao que parece, sinaliza para um aprofundamento ainda maior da

---

5 Adotamos aqui o conceito de militarização conforme apresentado por Penido e Kalil (2021, p. 7-8), em esforço de atualização do conceito proposto por Mathias (2004). Para as autoras, a militarização ocorreria em cinco dimensões: presença física nas cidades, vide operações de GLO; “ocupação de cargos no sistema político”; transposição de doutrinas militares a outras áreas, como na segurança pública; transferência de valores militares para a administração pública, impondo-lhe o ethos militar, como é o caso das escolas cívico-militares; por fim, a militarização de “todo e qualquer problema, através da utilização das polícias ou das FA em questões que são de outras esferas do Estado, vindo por lentes militares toda e qualquer questão”, como no caso do combate à dengue ou da distribuição de água. As autoras afirmam ainda que “no caso dos países latino-americanos, militarizar tem ainda mais um aspecto, que é a manutenção da autonomia e de privilégios nas Constituições e leis, resultado de transições mal acabadas dos regimes autoritários”.

intervenção política dos militares – agora por mecanismos diversos, que não a ruptura institucional. Em seguida, passamos à análise mais detida do conteúdo do “Projeto de Nação” dos militares<sup>6</sup>. Por fim, discutimos as implicações e o que representa tal projeto para a independência de uma ex-colônia, transformada em país tutelado.

Esperamos, com isso, contribuir para o debate sobre o tema, mas, principalmente, contribuir com a construção de um projeto de país alternativo, baseado na soberania popular e na superação das violências que nos estruturaram enquanto sociedade.

## O projeto dos militares como resultado de um processo

Defendemos nesta seção que o lançamento do projeto militar deve ser encarado num *continuum* de movimentos que marcaram o retorno aberto das fileiras ao centro da política nacional. Trata-se do resultado de um processo e não da prospecção de cenários futuros, como se apresenta. Falamos aqui no resultado de um processo por entender que a assinatura por um grupo de militares de um tal documento, que se propõe guia da vida política nacional pelos próximos 15 anos, só pode ser apreendida em seu significado pleno se consideramos a marcha dos militares sobre o sistema político como um todo.

Dinâmica cujas raízes se encontram muito antes do governo Bolsonaro, a ingerência dos militares na política é parte constitutiva da história do Brasil (CARVALHO, 2019). Na história recente, se exprime em intensidades diversas ao longo dos diferentes governos brasileiros.

Apesar da equidistância entre governo e militares que permitiu a construção de uma relação relativamente estável durante os dois mandatos de Lula

---

6 Em que pese o fato de que o projeto em questão não foi especificamente elaborado no interior das forças armadas, enquanto instituição, falamos aqui de modo irrestrito em “projeto militar” pelo contexto em que se deu sua elaboração. Além de ambos os institutos envolvidos em sua construção – o Instituto Sagres e o Instituto General Villas Bôas – contarem em seus quadros com militares egressos das forças armadas, da ativa e da reserva, o fato de que a escrita deste documento contou com participação de membros de ministérios do governo Bolsonaro, por articulação do general Hamilton Mourão (GODOY, 2022), justifica a alcunha. Assim, adotamos neste artigo a alcunha “projeto militar” e seus equivalentes a fim de evidenciar a responsabilidade dos militares, no governo e fora dele, com seu conteúdo.

da Silva, não foram raros os episódios em que ficou evidente o peso político dos militares. “Os debates em torno da segurança pública, demarcação de terras indígenas e nas políticas da área de Defesa são alguns exemplos de momentos que contaram com a participação das FFAA” (PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020). Não bastasse, episódios como a destituição do então ministro da Defesa, José Viegas, no marco de tensões com as forças armadas são sintomáticos do posicionamento adotado no período e, enfim, da prevalência da autonomia política por parte dos militares (CORTINHAS; VITELLI, 2020; PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020).

No governo Rousseff, por outro lado, observou-se o acirramento das tensões (PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020; VITELLI, 2021). De acordo com Vitelli (2021, p. 15-17), durante o governo Dilma não houve alteração significativa no número de militares cargos no governo. Todavia, episódios como a pressão militar contra decreto assinado em setembro de 2015 que concentrava autoridade no Ministério da Defesa em detrimento das forças, declarações de militares da ativa, como o hoje vice-presidente Hamilton Mourão e as tensões em torno da criação da Comissão da Verdade dão a tônica do período. Ademais, “se é certo que [os militares] não foram força principal para o golpe contra a então presidenta Dilma Rousseff, também é que não se mantiveram alheios aos acontecimentos políticos de então” (RODRIGUES; KALIL, 2022, p. 19-20).

É interessante retomar a análise de Marina Vitelli (2021) sobre o envolvimento dos militares na política, tomando por enfoque os governos Dilma Rousseff e Michel Temer. Ao destacar as tensões entre as forças e a presidenta Dilma Rousseff e ao rememorar o aumento da presença militar no governo nos 32 meses de administração de Michel Temer (VITELLI, 2021, p. 16-17), dentre outros episódios, a autora insere as intervenções militares na política no escopo de um fenômeno mais amplo e que não se restringe ao governo Bolsonaro.

Com efeitos, somados à forte presença de militares do Ministério da Defesa no governo Lula, a episódios como a demissão de José Viegas da pasta e tensões em torno da demarcação de terras indígenas, as tensões no governo Rousseff e a posterior ocupação por militares da administração Michel Temer reforça o entendimento de que a tutela militar, no Brasil, é a regra, não a exceção.

Todavia, é importante ter em mente que se a tutela é a regra, ao considerarmos a Nova República, é seguro afirmar que houve uma piora qualitativa em termos de intervenção política das forças armadas no governo Bolsonaro. Seguimos aqui a linha argumentativa de que foi a partir da ascensão de Michel Temer

ao poder, após o impeachment ilegítimo de Dilma Rousseff, que passamos a enxergar os contornos atuais desta dinâmica de ocupação política por membros das forças armadas. Sob Temer, os militares assumiram uma postura de “protagonismo sorrateiro” (PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020), ampliando a outras pastas da administração pública a influência exercida na Defesa durante os governos petistas e impondo-se ao sistema político como um ator relevante<sup>7</sup>. Em seu governo, “algumas das figuras hoje ilustres já faziam [...] fileira em cargos civis na administração pública” (RODRIGUES; KALIL, 2022, p. 19).

É o caso dos generais Carlos Alberto dos Santos Cruz e Joaquim da Silva e Luna – o primeiro tendo sido secretário de Segurança Pública do governo Temer e posterior ministro, por curto período, da Secretaria de Governo de Bolsonaro, enquanto o último foi ministro da Defesa de Temer e presidente da Petrobras no governo Bolsonaro<sup>8</sup>. Além deles, o governo Temer nomeou também o general Sérgio Etchegoyen<sup>9</sup> como ministro do Gabinete de Segurança Institucional (RODRIGUES; KALIL, 2022; PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020; RODRIGUES; JANOT, 2021).

A presença dos três generais em posições de relevo no governo Temer sinaliza uma mudança na política nacional e indica, mesmo que timidamente, um retorno aos holofotes da política – daí “protagonismo sorrateiro”. Como afirmamos, esse processo viria a se intensificar e consolidar no governo Bolsonaro (RODRIGUES; RODRIGUES; MATHIAS, 2020).

Com efeito, o governo Bolsonaro marcou um a concretização da marcha dos militares sobre a política. Da ocupação de ministérios e cargos na administração pública à eleição de egressos das forças armadas a cargos no Legislativo, a vida política nacional acostumou-se a nomear ministros e deputados com patentes a tira colo (PENIDO; KALIL, 2021). O atual quadro de militarização da política nacional levou Teixeira da Silva a argumentar que o “bolsonarismo” se configura como um reflexo atual de um “projeto de poder de longo prazo” dos militares. Em suas palavras, “o bolsonarismo, enquanto síntese, seria o principal condutor de

---

7 Para uma discussão mais aprofundada do período e da noção de “protagonismo sorrateiro” ver Rodrigues e Kalil (2022).

8 Onde acumulou um salário de mais de R\$ 220 mil mensais aos R\$ 32,2 mil que recebia enquanto general da reserva (SASSINE, 2021).

9 Ao contrário de seus colegas, Etchegoyen não assumiu qualquer posição no governo Bolsonaro, dedicando-se atualmente à articulação política através do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa, onde é diretor no núcleo de Defesa & Segurança (RODRIGUES; KALIL, 2022).

um projeto de *institucionalização de uma ‘República Patriótica Militar’, sob tutela permanente dos militares [...]*” (SILVA, 2021, p. 44, grifos nossos).

Assim, considerado o exposto, a afirmação de que o projeto apresentado pelos militares se insere neste *continuum* de tutela e intervenção significa, em última instância, que se trata também da representação precisa do atual estado de coisas no Brasil no que concerne a militarização da vida política nacional. Foi nesse contexto que o Instituto Sagres e o Instituto General Villas Bôas (IGVB), ambos institutos vinculados a militares<sup>10</sup> e com fortes ligações entre si, com a colaboração do Instituto Federalista, se sentiram suficientemente confortáveis para apresentar um suposto projeto de país, construído à sua autoimagem, para os próximos 15 anos<sup>11</sup>. E é sob esta ótica que devemos avaliar seu conteúdo.

## Projeto de Nação? O reenquadramento da sociedade à imagem e semelhança dos militares

Em outubro de 2015, em meio ao processo que resultou no golpe institucional contra a presidenta, Dilma Rousseff, o então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – atualmente Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – lançou o documento intitulado “Ponte para o Futuro<sup>12</sup>”. O texto constituiria a plataforma política de Michel Temer durante seu governo.

O futuro que se conformou, como sabemos, não foi tão esperançoso quanto vendia o documento. Desde então, com a ascensão de Michel Temer ao Planalto via golpe jurídico-parlamentar e posterior eleição de Jair Bolsonaro, convivemos com a deterioração das condições de vida no país: índices alarmantes de

---

10 O IGVB possui em seus quadros ao menos 6 oficiais militares, dentre os quais 4 são oficiais gerais do Exército Brasileiro, quais sejam: Carlos Roberto Terra Amaral; Luiz Eduardo Rocha Paiva; Luiz Roberto Fragoso Peret Antunes; e Alberto Mendes Cardoso. Os seis oficiais constam como membros de seu Conselho Superior e como fundadores do instituto. O general Rocha Paiva, por sua vez, é também membro da diretoria do Instituto Sagres que, por sua vez, tem como presidente o também general Raul José de Abreu Sturari, além de contar com outros oficiais em seu corpo diretivo. Para mais informações, consultar <<https://igvb.org/o-instituto/>> e <<https://sagres.org.br/diretoria/>>.

11 Reforçando seu caráter militar, o documento em questão foi elaborado tendo como um de seus coordenadores o general Eduardo Rocha Paiva (SAGRES, 2022).

12 Disponível em < <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> >.

desemprego; perda de direitos trabalhistas duramente conquistados, resultando num crescente processo de precarização das condições de trabalho; aumento da desigualdade social; aumentos consideráveis e recorrentes no preço dos combustíveis; altos índices inflacionários etc.

Anos depois, um outro projeto viria a ganhar os holofotes. Gestado no âmbito do Instituto Sagres e do Instituto General Villas Bôas, o documento se proclama um “Projeto de Nação”, mas não de qualquer nação. Trata-se aqui da nação à imagem e semelhança de seus autores: um grupo de militares, alguns ainda na ativa, que se sentiram suficientemente à vontade para ditar os rumos do país pelos próximos 15 anos, aproveitando-se da evidente militarização do governo para fazer de conhecimento público seus anseios e projeto político – inclusive com uso indevido de setores da administração pública (GODOY, 2022).

O projeto, por certo, chama atenção pelo seu conteúdo. Da concepção abstrata de uma sociedade composta exclusivamente de Liberais e Conservadores (SAGRES, 2022, p. 15), à discussão do “Globalismo” como um “movimento” ameaçador da soberania nacional, englobando tudo que se identifica como inimigo – das ONGs ao ambientalismo, passando pelo judiciário (SAGRES, 2022, p. 11-12). Trata-se, em suma, de um projeto de refundação – ou de resgate, na perspectiva dos militares – buscando a construção de uma sociedade à sua imagem e semelhança

Todavia, antes de tecermos nossos breves comentários acerca do conteúdo do projeto, em si, é importante tomá-lo pelo que representa politicamente: o resultado de um processo de militarização da política nacional e da ausência de controle democrático e popular sobre as forças armadas. Temos, portanto, o registro em documento da tutela que os militares se julgam aptos a exercer não apenas sobre os civis, mas sobre toda a vida política nacional – tutela que se expressa, inclusive, na ausência de previsão de qualquer sacrifício no campo militar em que pese a defesa contundente de medidas de arrocho em outras áreas.

Optamos aqui pelo enfoque em três questões que se repetem ao longo do texto e que, em nosso entendimento, sinalizam para esse projeto de refundação do país à imagem e semelhança dos militares que o redigiram. O recorte se justifica pois representam uma modificação que, mesmo que encontre seu embasamento no pensamento formulado na Escola Superior de Guerra (ESG), indica um passo além. Os três aspectos a que daremos enfoque dizem respeito aos seguintes eixos: I. Educação: uma retórica vazia de desideologização do ensino,

que se configura de fato numa cruzada de transformação reacionária dos estudantes; II. Neoliberalismo: a cosmovisão neoliberal como guia, não apenas da economia, mas da gestão do Estado e das relações sociais; III. Agronegócio e Mineração: um modelo de desenvolvimento predatório, apresentando o agronegócio, em específico, como força motriz do desenvolvimento econômico.

No que se segue, empreenderemos uma análise destes pontos com base no exposto no projeto, tomando, sempre que possível, o contexto histórico e a conjuntura política na qual se embasam.

## I. Educação: a Cruzada Reacionária

A abordagem presente no documento acerca da Educação, em suas diferentes esferas, parte de pressuposto já conhecido e vociferado atualmente no governo Bolsonaro: a Educação no país seria marcada pela ideologização e doutrinação – de cunho esquerdista, segundo esse raciocínio. Assim, a forte ideologia seria um dos principais fatores responsáveis pelo diagnóstico negativo apresentado. Isso se confirma em diferentes passagens do texto.

No tocante à Educação Básica, o futuro projetado pelos militares partia do entendimento de que “[...] há tempos uma parcela de nossas crianças e adolescentes sofria com a *ideologização do sistema educacional*, com a doutrinação facciosa efetuada por *professores militantes de correntes ideológicas utópicas e radicais*, com prejuízo da qualidade do ensino” o que teria resultado em “décadas de atraso, que condenaram o País ao subdesenvolvimento e à baixa produtividade” (SAGRES, 2022, p. 19, grifo nosso). O receituário que resolveria o problema envolveria uma mistura de “*boas práticas de comportamento, civismo, cidadania e disciplina*” (SAGRES, 2022, p. 20, grifo nosso), muito similar à díade hierarquia e disciplina que guia os militares.

É no tratamento ao Ensino Superior, entretanto, que fica evidente a cruzada ideológica em curso. Ainda na introdução ao horizonte desenhado, afirma-se abertamente que “amplos setores das Instituições de Ensino Superior (IES) – principalmente as públicas – transformaram-se em centros de luta ideológica e de doutrinação político-partidária” (SAGRES, 2022, p. 20).

Dois pontos são particularmente sintomáticos. O primeiro é a assunção do intervencionismo e a apresentação como uma das diretrizes a reformulação do processo de escolha de reitores nas universidades “de modo a restringir as

influências de grupos de interesses políticos, ideológicos e outros que não voltados ao bem comum” (SAGRES, 2022, p. 75). O segundo concerne a consideração, como um dos obstáculos identificados para a consecução do cenário projeto, de uma suposta “formação moral e cívica deficiente de docentes e discentes” (SAGRES, 2022, p. 76). O padrão moral e cívico almejado não é tratado, mas cabe questionar a quem caberia a essa definição.

É interessante também observar que a abordagem e ênfase à Educação Profissional e Tecnológica e ao Ensino Técnico são pautadas eminentemente no produtivismo – o que não está ausente, é importante reforçar, nas elaborações sobre o Ensino Superior (SAGRES, 2022, p. 75). No primeiro caso, tem-se um mecanismo qualificador do trabalho, tendo como objetivo a ampliação da oferta de tais cursos com vistas a “aumentar, tanto os índices de empregabilidade, quanto os de ocupabilidade (*sic*), *atendendo às necessidades do mercado*” (p. 76, grifo nosso). No caso do Ensino Técnico, todos os objetivos elencados dizem respeito ao atendimento das necessidades empresariais, numa lógica estrita de geração de mão de obra.

Portanto, a Educação aparece no documento de duas maneiras. De um lado, é operacionalizada como uma ferramenta de combate ideológico, numa cruzada reacionária que visa impor a crianças, adolescentes e jovens em formação a visão de mundo que emana dos militares que o redigiram. A ideologia, por certo, é apenas a do outro. Por outro lado, é compreendida como um instrumento de produção de massa trabalhadora para o mercado, com referências diretas às “necessidades do mercado”. A defesa da cobrança de mensalidades nas universidades (SAGRES, 2022, p. 21) é apenas mais uma etapa de perversidade desse projeto inimigo da educação pública.

## II. Neoliberalismo: gestão do Estado e da sociedade

A visão de mundo neoliberal está presente em diversos momentos ao longo do documento. Em diferentes contextos, são reafirmados os preceitos de gestão estatal e da sociedade tão caros ao neoliberalismo. Temas como reforma tributária, reforma trabalhista, desestatização redução de impostos, dentre outros, são reiterados ao longo do texto. Com efeito, desde a apresentação inicial do projeto já se fazem presentes (SAGRES, 2022, p. 16-17). Destacamos aqui três temáticas que chamam atenção pela forma com que são abordadas.

O primeiro ponto diz respeito à discussão sobre o PIB *per capita*. Em que pese o reconhecimento de que o Brasil é uma das 10 maiores economias do mundo o documento sequer registra a forte concentração de renda que assola o país. Tampouco há alusão a qualquer medida de redistribuição de renda. As diretrizes indicadas para a consecução do cenário desejado nesta área partem do receituário neoliberal, reforçando elementos como o individualismo e a meritocracia e induzindo a uma participação quase inexpressiva do Estado: incentivo ao empreendedorismo, redução de privilégios do funcionalismo, capacitação profissional do cidadão, incentivo à competição etc. (SAGRES, 2022, p. 66-67).

O segundo aspecto versa sobre a gestão da Saúde. A crítica feita ao Sistema Único de Saúde (SUS) se contrapõe ao silenciamento sobre hospitais exclusivos às forças armadas ou acerca das condições previdenciárias privilegiadas que conquistaram os militares. Em dado momento, a retórica da má gestão dá lugar a um ataque direto ao caráter universal deste serviço público, passando-se à defesa da cobrança por serviços de saúde no Brasil (SAGRES, 2022, p. 22). Dinâmica semelhante se reproduz no debate sobre a Educação. Para além dos elementos expostos anteriormente, o discurso da “boa gestão” é semelhante. Na gestão da educação básica, por exemplo, fala-se abertamente no estabelecimento de parceiros público-privadas, em reformas curriculares, pedagógicas, dentre outras (SAGRES, 2022, p. 73). Em ambos os casos, questões complexas são tratadas como meros dilemas de gestão, como fosse possível apenas emular a lógica empresarial para solução dos problemas.

### III. Agronegócio e Mineração: o desenvolvimento pela predação

No que diz respeito ao debate econômico, o projeto de país apresentado pelos militares se baseia num modelo de desenvolvimento predatório. Isso se expressa, principalmente, no peso dado ao agronegócio pelo projeto e na valorização da atividade de mineração. Ao longo do documento, foram 37 citações diretas ao agronegócio, considerando variações como agro (2 vezes), agronegócio (30 vezes) e agropecuária (5 vezes). Por outro lado, foram 28 menções à mineração, contando termos como mineração (11 vezes) e exploração mineral (17 vezes).

As referências à mineração se dão num contexto de discussão de sua potencialidade e dos entraves ao desenvolvimento do setor. Nesse sentido, o meio ambiente é nominalmente considerado um impeditivo. Na explanação do cenário vislumbrado para a exploração mineral no Brasil, tema 18 do documento, diz-se nominalmente que diante de pressões pela preservação ambiental, “o Brasil teve que estabelecer normas efetivas para a exploração mineral, que retardaram o desenvolvimento de pesquisas e, conseqüentemente de implementação de estratégias para ampliar a exploração mineral com agregação de valor aos produtos dela decorrentes” (SAGRES, 2022, p. 60).

Cabe mencionar que nenhuma menção é feita ao incentivo escancarado do governo Bolsonaro à mineração, inclusive em terras indígenas<sup>13</sup>. Relatos são frequentes das conseqüências humanas e ambientais da exploração ilegal em terras indígenas. Não obstante, também é conhecido o *lobby*, inclusive de militares da reserva<sup>14</sup>, em prol de empresas multinacionais em prol da flexibilização das regras da mineração na região amazônica, acendendo um alerta para risco ambiental e para os povos indígenas na região. Somado a isso, o recente assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips reforçam a preocupação necessária com o modelo de desenvolvimento e de relação com o meio ambiente que vem sendo priorizado naquela região nos últimos anos.

No concernente ao agronegócio, já nas primeiras páginas do texto fica nítida a importância dada ao setor. O agro é responsável pelo desenvolvimento da infraestrutura e da indústria, pela melhoria dos índices de comércio exterior, entre outros. Ainda na apresentação geral do cenário de futuro considerado pelos militares no projeto há indicativo claro de que “a chamada ‘indústria do agro’ foi fundamental para uma reviravolta na indústria brasileira, que há cerca de duas décadas patinava na competição com os gigantes internacionais da manufatura de ponta” (SAGRES, 2022, p. 17).

Não bastasse, na discussão do agronegócio como componente do Produto Interno Bruto (PIB) nacional parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento do setor ocasionaria o aumento do PIB e, numa lógica causal que presume instantaneidade, que parcela desse resultado positivo seria investido “em setores

---

13 Ver, por exemplo, < <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/mpf-pede-suspensao-de-garimpo-em-terras-indigenas-no-amazonas-liberado-por-helena.shtml> >. Acesso em 1 de agosto de 2022.

14 Ver < <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/general-lobista-de-mineradora-acusada-pelo-mpf-foi-recebido-18-vezes-no-planalto.shtml> > Acesso em 1 de agosto de 2022.

como educação, CT&I e em diversos segmentos da indústria, inclusive naquela inserida no próprio agronegócio” (SAGRES, 2022, p. 56). Em outras palavras, para o projeto dos militares é com o dinheiro proveniente do agro que se investiria em setores chave para o país e seria isso, de fato, que proporcionaria o desenvolvimento brasileiro.

Nesse sentido, é interessante destacar que o local do agronegócio no projeto em questão não é de todo surpreendente. Reflete não apenas uma articulação presente no governo Bolsonaro, mas também pontos contundentes de congruência entre a visão de mundo dos militares e o setor, que se expressam em pautas como a ambiental e a demarcação de terras indígenas. Alguns aspectos são relevantes para elucidar este ponto.

No campo da institucionalidade é fundamental destacar o alinhamento que se desenhou ao longo da 56ª legislatura entre os militares eleitos para a Câmara dos Deputados e o agronegócio. Todos os deputados federais oriundos das forças armadas – mais especificamente do Exército – são membros de alguma bancada ligada ao agro<sup>15</sup>.

Além disso, merece nota o fato de que a primeira referência aprofundada à Amazônia se dá a partir da retórica integracionista, tal qual na ditadura, e de proteção de fronteira, sob o eixo temático VI, Segurança e Defesa Nacional (SAGRES, 2022, p. 83). É um discurso que remete ao receituário da ESG e a uma visão da região amazônica como um grande vazio a ser ocupado. No mesmo sentido, cabe citar o contencioso em torno das declarações de Augusto Heleno sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol<sup>16</sup>.

A partir do exposto, nos resta considerar o significado deste projeto – enquanto resultado de um processo, como argumentado na seção anterior – no contexto do bicentenário da Independência de uma ex-colônia ainda em vias de superação da própria estrutura colonial.

---

15 Os deputados militares eleitos em 2018 são: general Girão (PL-RN), coronel Armando (PL-SC), coronel Chrisóstomo (PL-RO), major Vitor Hugo (PL-GO), General Peternelli (União Brasil-SP) e o tenente Hélio Lopes (PL-RJ). Todos eles participam de ao menos uma das seguintes frentes parlamentares: Frente Parlamentar Mista do Agronegócio e da Agricultura Familiar (FAAF) e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Essas informações são de domínio público e estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados. Para mais informações, ver < <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp> >.

16 Ver, por exemplo, < <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/18/raposa-serra-do-sol-or-a-questao-de-honra-do-general-augusto-heleno> >. Acesso em 1 de agosto de 2022.

## Uma Ponte para o Abismo: a independência de um país tutelado

A consideração do projeto de país dos militares tanto em seu conteúdo quanto no contexto histórico-político em que surge nos remete, necessariamente, à discussão de seu significado no contexto de um país de fortes traços coloniais remanescentes, de transição pactuada e incompleta e de convívio com forças armadas que se configuram como força de caráter também colonial (DOMINGOS NETO, 2019; SCHURSTER; SILVA, 2021; RODRIGUES; KALIL, 2022).

Especialmente no contexto dos 200 anos da Independência, é importante considerar o projeto apresentado pelos militares no escopo mais amplo da autoimagem construída pelas forças armadas brasileiras, processo cuja compreensão exige a consideração das “tradições inventadas” no âmbito das forças.

Segundo Celso Castro, tomando como base a obra de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984), a “invenção de tradições” é fenômeno observado em diferentes países, fomentado por diferentes atores (Estado, grupos sociais etc.), mas que carregam como traço comum “a tentativa de expressar *identidade, coesão e estabilidade social*, em meio a situações de *transformação histórica*. Isso é feito através do recurso à invenção de cerimônias e símbolos que evocam um passado muitas vezes ideal ou mitológico” (CASTRO, 1994, p. 231).

Dentre as “tradições inventadas”, uma delas é particularmente relevante para a discussão do projeto apresentado pelos militares proposta neste artigo. Trata-se da construção do mito de Guararapes como marco fundador do Exército Brasileiro. Conforme Schurster e Silva (2021, p. 182), o mito de Guararapes se insere na própria lógica da tutela militar no país. Em suas palavras:

A “ideologia da tutela” é sempre reforçada: *o mito de Guararapes onde o Exército cria a Nação em 1654 (sic)*; a Proclamação da República; a “redenção” de 1964 e a “escolha” de José Sarney em 1985 – todos momentos decisivos em que as FFAA, quer dizer, o Exército, decidiu pela Nação, antecipou-se, tomou a si a responsabilidade de fundar, refundar, regenerar e restaurar a Nacionalidade, livrando o país com sacrifício próprio – das ameaças “solertes”, invisíveis para o homem comum, mas não por isso menos perigosas, da corrupção,

da subversão anarquista, comunista, socialista, bolivariana, que ameaçavam a Pátria (SCHURSTER; SILVA, 2021, p. 182-183, grifo nosso).

Na mesma linha, Fernando Horta (2021) aponta para a falsificação histórica envolvida na construção da Batalha de Guararapes como mito fundador do Exército brasileiro – uma batalha “lutada em 1649 [e, portanto, pouco depois do Tratado de Westphalia, tido como marco do surgimento da ideia de Estado-nação na Europa], em Pernambuco, entre o Reino de Portugal e mercenários da Companhia das Índias Ocidentais, uma empresa, aliás, privada”. Segundo o autor,

A falsa ideia de que o Exército teria sido formado antes mesmo do Brasil estabelece uma narrativa de apadrinhamento para com o Estado brasileiro e inverte o sentido da submissão anteriormente mencionado. Na cabeça dos que defendem este absurdo, o Exército, tendo nascido antes do Brasil, lhe deu causa, lhe permitiu e lhe recebeu em “berço esplêndido, ao som do mar e a luz do céu profundo” (HORTA, 2021, s.p.).

O argumento operacionalizado nesta interpretação, de acordo com o autor, é justamente a ideia de que ali teria surgido pela primeira vez alguma noção de nacionalidade a partir da diferenciação dos indivíduos que não se veriam nem portugueses, nem holandeses. Horta argumenta, então, que a ideia não se sustenta por dois motivos: 1. se a questão é sentir-se diferente, este sentimento já existia desde 1500 entre os povos originários em relação aos portugueses – a nação da narrativa dos militares, portanto, só existiria a partir do sentimento de diferenciação do homem branco; e 2. uma nação não se constitui apenas a partir do sentir-se diferente (HORTA, 2021).

Portanto, o mito de Guararapes configura-se, assim, uma narrativa constituída e que simboliza não apenas a imagem que as forças armadas possuem de si mesmas, como denota o lugar a que se arvoram no Estado brasileiro: em última instância, entendem-se suas fundadoras. Em suma, “a ideia militar de tutela sobre o Estado brasileiro tem aqui sua origem fantasiosa, supostamente assentada na História” (HORTA, 2021, s.p.). Essa imagem repercute ao longo da história do

país, marcando as intervenções militares na política nacional, levando autores como Alfred Stepan (1975) a pontuar um suposto papel moderador das forças armadas. É nesse contexto que episódios recentes de defesa de tortas teses jurídicas acerca do artigo 142 da Constituição – que versa sobre as atribuições das forças armadas – deve ser considerada<sup>17</sup>. Afinal, como afirmam Schurster e Silva (2021, p. 182), “tal precedente – os militares como intérpretes da Constituição – será recorrente na República e abrirá, em brecha, a possibilidade permanente dos militares interpretarem as leis fundamentais da República”.

A questão da autoimagem construída remete a uma instituição que não apenas se julga superior à sociedade como se julga dona do povo, da Nação. Segundo Domingos Neto (2019, p. 20), “a modernidade militar em países com limitada capacidade científica, tecnológica e industrial estabelece uma contradição entre as corporações armadas e a sociedade: a sociedade persiste “atrasada” enquanto a corporação se torna uma narcísica referência de padrão avançado”. Como consequência,

[as] corporações modernizadas atuam como protagonistas da dinâmica política de seus países recorrendo ao uso da força contra a cidadania, prejudicando a consolidação da cultura democrática, transtornando o amadurecimento institucional, negando a soberania popular e prejudicando a construção de um sistema de defesa nacional autônomo (DOMINGOS NETO, 2021, p. 20-21).

A reprodução dessa dinâmica marcou a história brasileira. A violência estatal enquanto mecanismo de controle social remete diretamente ao passado colonial de um país que ainda luta – não com o compromisso de todos, que se diga – pela superação das estruturas de poder que subjagam seu povo. A gestão dos mortos durante a ditadura militar, é sinal desse processo, coadunando-se atualmente com mecanismos de gestão dos mortos – e dos vivos –, tais como o desaparecimento, forçado ou não (FRANCO, 2021). Trata-se, com efeito, da “preservação da estabilidade e da ordem, sendo irrelevantes os níveis de iniquidade e

---

17 “A atribuição conferida às Forças Armadas de garantir os poderes constitucionais muito se aproxima ao papel do poder moderador previsto no artigo 98 da Constituição de 1824, qual seja, o de velar sobre “a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos”. *É como se a República desconfiasse de sua capacidade de exercer o autogoverno civil e entregasse às Forças Armadas o papel político de tutela*” (CARVALHO, 2019, p. 25).

vilanias que encerre”, está no cerne da cultura integrante da corporação armada regular” (DOMINGOS NETO, 2019, p. 18).

Destarte, pensar o bicentenário da Independência num país periférico, de capitalismo dependente e num contexto de democracia tutelada exige especial atenção aos aspectos estruturais da colonização que fincaram profundas raízes no país e que ainda hoje alicerçam o funcionamento dos instrumentos de violência do Estado brasileiro. Fato é que seguimos ainda distantes da construção de um país soberano, num eterno limbo entre ex-colônia e independência inconclusa.

O “Projeto de Nação” dos militares, nesse cenário, surge como um projeto antípovo. Um projeto de caráter reacionário e neoliberal, baseado num modelo de desenvolvimento predatório e anti-ambiental, e que reflete não apenas o aprofundamento da tutela explanada ao longo deste artigo, mas também a disponibilidade dos militares de encamparem um projeto elitista, elaborado por quem se arvora a aristocracia nacional e proprietário mesmo dessa nacionalidade. Um projeto que só fala em sociedade à medida que esta seja o reflexo da autoimagem dos próprios militares. Em suma, um projeto que enseja a pergunta: um país de quem?

Defendemos, portanto, na linha do que argumentam Rodrigues e Kalil (2022), que o militarismo brasileiro é impeditivo da construção de um projeto de país soberano e popular. Sua superação, por conseguinte, se coloca como requisito básico para consecução de um tal projeto. Que militares hoje ocupem a política por mecanismos variados e se arvoreem ao direito de indicar rumos para toda a sociedade para os próximos 15 anos, guiando-nos em ponte para o abismo, apenas reforça o quão urgente é esta tarefa.

## Considerações Finais

Estas breves reflexões se debruçaram sobre um texto que se pretende projeto. Um projeto de poder, gestado na parceria entre um instituto fundado por um general e um outro cuja diretoria é composta majoritariamente por militares. Aludimos a três aspectos que, em nossa compreensão, sinalizam para elementos estruturais da visão de mundo que nutrem esses militares e que, como fica evidente a partir do próprio documento, desejam impor ao país. A participação da estrutura burocrática de um governo militarizado nesse processo é apenas mais um componente que confirma o escalonamento do militarismo no país.

Ao inserirmos tal projeto num *continuum* de avanço dos militares sobre a política, considerando além de seu conteúdo as suas consequências para a construção de um projeto de país soberano e popular, buscamos ressaltar que não se trata de fenômeno isolado, mas sim de um problema estrutural na política nacional. No bicentenário da Independência, a superação das amarras que nos fazem remanescer colônia é fundamental.

Nossa contribuição, portanto, se dá em forma de denúncia. Denúncia de seu conteúdo textual, a partir da exposição do caráter segregacionista, predatório e reacionário de um projeto de nação escrito por e para poucos. Mas denúncia também da tutela que se perpetua em nosso país e dos riscos que se colocam para a construção de um projeto de país popular e democrático pela cruzada empreendida por militares que não apenas se julgam os únicos aptos a pensar e implementar soluções aos problemas nacionais, mas que se tomam por donos do país. Cada palavra escrita no torpe documento publicado reflete a arrogância de quem se entende portador dessa entidade chamada interesse nacional.

Esperamos que estas poucas páginas contribuam para o debate e, de algum modo, para a construção de um projeto de nação que seja de fato para todos.



## Referências Bibliográficas

BRASIL. Câmara dos Deputados. Frentes Parlamentares. [s.d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp>. Acesso em 29 de julho de 2022.

BRASIL receberá coração de Dom Pedro I em agosto para comemoração; veja detalhes da operação. CNN, 29 de julho de 2022. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-recebe-coracao-de-dom-pedro-i-em-agosto-em-comemoracao-aobicentenario-da-independencia/> >. Acesso em 30 de julho de 2022.

CARVALHO, José Murilo. Forças armadas e política no Brasil. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, Celso. Inventando Tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994.

CORTINHAS, Juliano da Silva; VITELLI, Marina Gisela. Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016). Rev. Bras. Est. Def. v. 7, nº 2, jul./dez. 2020, p. 187-216.

DOMINGOS NETO, Manuel. Sobre o Patriotismo Castrense. Perseu, n. 18, ano 13, 2019.

FERNANDES, Leonardo. Raposa Serra do Sol | A questão de honra do general Augusto Heleno. Brasil de Fato, 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/18/raposa-serra-do-sol-or-a-questao-de-honra-do-general-augusto-heleno>. Acesso em 1 de agosto de 2022.

FRANCO, Fábio Luís. Governar os Mortos. Necropolíticas, Desaparecimento e Subjetividade. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

GABRIEL, João. MPF pede suspensão de garimpo em terras indígenas no Amazonas liberado por Heleno. Folha de S. Paulo, 9 de maio de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/mpf-pede-suspensao-de-garimpo-em-terras-indigenas-no-amazonas-liberado-por-heleno.shtml>. Acesso em 1 de agosto de 2022.

GODOY, Marcelo. 'Projeto de Nação' dos generais contou com a estrutura dos ministérios para ser elaborado. O Estado de S. Paulo, 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/projeto-de-nacao-dos-generais-contou-com-a-estrutura-dos-ministerios-para-ser-elaborado/>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

GUIMARÃES, Fundação Ulysses; PMDB. Uma Ponte para o Futuro. Brasil, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

HORTA, Fernando. Como o Exército brasileiro falsifica sua própria história. Jacobin, 13 de setembro de 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/09/como-o-exercito-brasileiro-falsifica-sua-propria-historia/>. Acesso em 27 de julho de 2022.

IGVB. Instituto General Villas Bôas. [s.d.]. Disponível em: <https://igvb.org/>. Acesso em 02 de agosto de 2022.

KALIL, Suzeley; RODRIGUES, Jorge. ¿Quién vigila a “los guardianes” de la democracia em Brasil?. El País, 08 de setembro de 2021. Disponível em: <https://elpais.com/opinion/2021-09-08/quien-vigila-a-los-guardianes-de-la-democracia-en-brasil.html>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

PENIDO, Ana; RODRIGUES, Jorge; KALIL MATHIAS, Suzeley. As Forças Armadas no governo Bolsonaro. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 14 de abril de 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em 27 de julho de 2022.

PENIDO, Ana; KALIL, Suzeley. O Partido Militar no Sistema Político Brasileiro. Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro & XI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados, 5 a 9 de julho de 2021.

PION-BERLIN, David. Militarismo. In: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina Gisela (org.). Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Jorge O.; KALIL, Suzeley. O militarismo como variável interpretativa: Forças Armadas e política nos governos Temer e Bolsonaro. In: BUZETTO, Marcelo (org.). Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016/2021), Volume 2. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2022.

SAGRES, Instituto. Política e Gestão Estratégicas Aplicadas. [s.d.]. Disponível em: <https://sagres.org.br/>. Acesso em 02 de agosto de 2022.

SAGRES, Instituto. Projeto de Nação – Cenário Prospectivos Brasil 2035. ISBN: 978-85-53117-02-4. Brasília, 2022. Disponível em: <https://sagres.org.br/projeto-nacao/>. Acesso em 26 de junho de 2022.

SASSINE, Vinicius. Militares que comandam estatais acumulam salários e ganham entre R\$ 43 mil e R\$ 260 mil. Folha de S. Paulo, 4 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/militares-que-comandam-estatais-acumulam-salarios-e-ganham-entre-r-43-mil-e-r-260-mil.shtml>. Acesso em 17 de julho de 2022.

\_\_\_\_\_. General lobista de mineradora acusada pelo MPF foi recebido 18 vezes no Planalto. Folha de S. Paulo, 8 de maio de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/general-lobista-de-mineradora-acusada-pelo-mpf-foi-recebido-18-vezes-no-planalto.shtml>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

SCHURSTER, Karl; SILVA, Francisco C. Teixeira. Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. Revista Relaciones Internacionales, vol. 30, n. 60, 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Militares, “abertura” política e o bolsonarismo: o passado como projeto. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). Os Militares e a Crise Brasileira. São Paulo: Alameda, 2021.

STEPAN, Alfred. Os Militares na Política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975

VITELLI, Marina. Back to basics: assessing military involvement in politics in contemporary Brazil. RASILIANA: Journal for Brazilian Studies. Vol 10, No. 1, 2021.

